

Ação social vive de doações

Comunidade Solidária sobrevive por meio de recursos dados por empresas e entidades

por Renata Veríssimo
de Brasília

A Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma) vai doar R\$ 6 milhões em equipamentos ao Programa Comunidade Solidária. O convênio será assinado na próxima semana, revelou a este jornal a presidente do conselho que dirige o programa, Ruth Cardoso.

Depois de ser criticado, no ano passado, por entidades civis que chegaram a pedir a extinção do programa, o Comunidade Solidária superou as crises e está conquistando a confiança do empresariado brasileiro. Nos últimos meses, a Associação de Apoio ao Comunidade Solidária recebeu doações significativas como a da Fenabrave e a do presidente da Microsoft, Bill Gates.

As doações começaram de forma tímida, explicou, em seu escritório, na Esplanada dos Ministérios, Ruth Cardoso. A primeira, em dinheiro, chegou de uma amiga, a produtora cultural Ruth Escobar, que doou R\$ 22 mil, resultado da bilheteria do show de um coral de música "gospel" com o grupo Olodum Mirim. Depois disso, as contribuições aumentaram.

A mais significativa, até agora, aconteceu em fevereiro deste ano. As revendedoras de automóveis, associadas à Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), doaram R\$ 2 por veículo vendido. A previsão de arrecadação para este ano é de cerca de R\$ 2,5 milhões.

Na avaliação de Ruth Cardoso, o engajamento dos empresários ao programa deve-se ao estabelecimento de parâmetros técnicos claros para a distribuição das doações. "Nós só recebemos estas doações se forem estabelecidos critérios comuns do emprego desse dinheiro. Não recebemos as doações para decidirmos sozinho onde vamos aplicar."

Ela acredita que esta é a diferença entre o Comunidade Solidária e os programas sociais de outros governos, como a extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA), que definia o destino das doações por critérios políticos.

O presidente da Fenabrave, Sérgio Reze, disse que a entidade procurou o governo Itamar Franco para apresentar a idéia de investir na capacitação de jovens, mas foi desestimulado pelos assessores de Itamar. "A Ruth Hargreaves (assessora especial, que organizava a agenda do presidente) e o pessoal mais próximo a Itamar não se interessaram. Não quiseram nem saber o que era o projeto", disse Reze.

Quando soube do Comunidade Solidária, a entidade tentou de novo: levou seis meses dialogando com as concessionárias e obteve a adesão de quase 100% das redes mais estruturadas. "O setor empresarial deve contribuir para programas sociais do País e não só pagar seus impostos", afirmou o empresário.

Os recursos doados ao programa são aplicados em projetos elaborados pelo Comunidade Solidária em conjunto com o doador. As organizações não-governamentais (ONG) disputam, por concorrência pública, o desenvolvimento desses projetos.

Neste final de semana, os jornais de maior circulação no Rio de Janeiro e em São Paulo vão trazer o edital com as regras para as entidades interessadas em realizar os cursos de capacitação de adolescentes, que serão financiados com a primeira parcela dos recursos arrecadados pela

Fenabrave, de R\$ 360 mil.

Célia de Ávila, diretora técnico-financeira da Associação de Apoio ao Comunidade Solidária (ver reportagem nesta página), informou que os projetos apresentados pelas ONG são julgados pelo comitê técnico da associação. O principal critério é a demanda do mercado de trabalho na região.

Segundo ela, uma organização do Rio, por exemplo, vai concorrer com um curso de fabricação de alegorias para escolas de samba. Os cursos, com duração de seis meses, são divididos em dois módulos: um de formação geral (leitura, escrita e cálculo elementar) e outro de formação específica.



Ruth Cardoso

40 mil kits de saúde

Além de comprar equipamento para os agentes comunitários de saúde do programa Comunidade Solidária, a Associação Brasileira de Indústrias Farmacêuticas (Abifarma) ficará responsável pela distribuição dos 40 mil kits, compostos por termômetros, cronômetros, estetoscópios, balanças, uniformes e bicicletas.

Mil e duzentos municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste receberão a assistência dos agentes comunitários de saúde. Segundo o presidente da Abifarma, José Eduardo Bandeira de Melo, os primeiros kits estarão sendo entregues dentro de trinta dias. Até novembro, todo o material estará distribuído.

Apenas duas empresas, das 78

associadas, não aceitaram participar da doação. Os recursos para a compra dos kits foram rateados entre as empresas. A compra do material ficou em cerca de R\$ 5 milhões. O restante será gasto na distribuição.

A associação preferiu fazer a doação em equipamentos para evitar a pulverização dos recursos. "Nós sabíamos que o programa precisava de equipamentos. Além disso, dinheiro é mais difícil de fiscalizar", explicou Bandeira de Melo. A Abifarma vai contratar uma empresa de auditoria para verificar o resultado do programa. A primeira auditoria deve ser realizada dentro de três ou quatro meses.

(R.V.)

Ruth Cardoso explicou que a participação dos empresários está trazendo um novo conceito de eficiência para a área social. "Essas parcerias são importantes em termos de recursos financeiros e da experiência que eles nos transferem. Como a Abifarma sabe fazer chegar uma pílula à farmácia no Amapá, ela vai usar esse 'know-how' para fazer chegar os equipamentos aos agentes de saúde", disse ela.

O presidente da Abifarma, José Eduardo Bandeira de Melo, disse que o interesse em participar surgiu quando a entidade soube dos resultados positivos, como a queda da mortalidade infantil, que vêm sendo apresentados pelo programa de agentes comunitários do Ministério da Saúde.

Ele também admitiu que a doação vai servir para melhorar a imagem da instituição. "Dizem que toda campanha em que a gente entra é para propaganda de remédios. Por isso, não estamos doando uma única aspirina."

Bandeira de Melo disse ainda esperar que a Abifarma sirva de exemplo e anunciou que nos próximos meses vai defender, até mesmo dentro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), onde ocupa uma diretoria, o lançamento do projeto "Empresário Solidário". "Os empresários têm responsabilidade com a sociedade. Para reclamar do governo, precisa participar", refletiu. Ontem, em São Paulo, Ruth Cardoso teve um encontro com o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, para discutir o engajamento da entidade no Comunidade Solidária.

Outras entidades e empresas já sinalizaram estar interessadas em colaborar com o programa, contou a primeira-dama. Depois da doação dos direitos autorais sobre as vendas no Brasil do livro "A Estrada para o Futuro", feita por Bill Gates, algumas editoras manifestaram o interesse em fazer doação similar, disse ela. A Credicard também já teve uma primeira reunião para discutir o recolhimento de uma quantia a ser definida sobre a arrecadação do pagamento de cartões de crédito.

Além do programa de capacitação de jovens, o Comunidade Solidária vem trabalhando na elaboração de projetos que garantam melhoria na saúde da criança, além de outro de geração de empregos para adultos. A idéia para o segundo é criar uma nova maneira de dar financiamentos populares para que sejam iniciados pequenos empreendimentos que possam gerar renda.

Associação para receber dinheiro

Por não ser uma agência governamental, o Programa Comunidade Solidária é impedido legalmente de receber doações em espécie, o que vinha sendo oferecido por várias entidades. Por esse motivo, foi criada a Associação de Apoio à Comunidade Solidária, uma espécie de empresa subordinada ao programa, definida em estatuto como pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos.

Criada em outubro do ano passado, a associação tem o objetivo de viabilizar o recebimento e destinação de doações

em dinheiro para programas sociais desenvolvidos pelo Comunidade Solidária.

A associação, presidida pelo advogado paulista Eduardo Tess, é composta por 31 pessoas que se ofereceram para integrá-la e dirigida por uma assembleia-geral, uma diretoria executiva e um conselho fiscal. A Trevisan e Associados é responsável pela auditoria trimestral de suas contas, que estão a cargo da Fundação Banco do Brasil. Todos esses serviços são prestados gratuitamente.

(R.V.)

Críticas à política do governo

A implantação de uma política nacional de assistência social, por parte do governo, é a principal cobrança das entidades civis ligadas à área. “As críticas são mais ao governo do que ao Comunidade Solidária”, explicou a presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Marlova Jovchelovitch. Em entrevista a este jornal, ela criticou a forma como foram extintos a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Ministério do Bem-Estar Social. Ela acredita que esses órgãos deveriam ter passado por uma reestruturação depois de um amplo debate com a sociedade civil.

“De janeiro a maio do ano passado não houve nada no Brasil”, disse Marlova Jovchelovitch, que também fez críticas quanto à demora do governo para implantar a Secretaria de Assistência Social, ligada ao Ministério da Previdência. Ela defendeu uma política descentralizadora das ações sociais, o que não está acontecendo nos trabalhos da secretaria. “O governo federal tem que repassar para os estados e municípios a execução dos programas, mas tem que dar as diretrizes e garantir o repasse de recursos suficientes”, explicou.

Apesar das críticas serem mais ao governo, a presidente do Con-

selho Nacional de Assistência Social acredita que o Comunidade Solidária tem sido ineficiente no atendimento à população carente no País. “O governo não dá resposta aos problemas sociais. O Brasil tem que encarar a problemática social de frente”, afirmou.

Marlova Jovchelovitch lembrou que, em novembro passado, 2 mil participantes da I Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, pediram, através de um documento entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso, a extinção do Comunidade Solidária. O programa foi criticado pela inoperância e pela reprodu-

ção de práticas assistencialistas e clientelistas.

Também o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que no governo Itamar Franco liderou a Campanha Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, cobrou do governo, em 1995, um plano de combate à miséria. Na época, ele disse que o Comunidade Solidária era mais “um apelo do que uma realidade concreta para resolver os problemas”. Procurado, na semana passada, Betinho informou por meio de sua assessoria que era um assunto delicado e que ele preferiria não se pronunciar sobre o programa.

(R.V.)

Ruth Cardoso defende programa

A presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, rebateu as críticas, vindas da oposição e dos integrantes do Programa Nacional de Combate à Fome e à Miséria, de que o governo Fernando Henrique Cardoso não está investindo na área social. Em entrevista a este jornal, ela afirmou que o financiamento dos programas sociais do governo aumentou no ano passado, ao contrário do que foi divulgado pela imprensa meses atrás. “Malandramente pega-se a rubrica de investimento e se diz que diminuiu. Mas, antes, construíam-se CAICs etc., o que parou. É uma nova maneira de gastar o dinheiro”, esclareceu.

A rubrica de investimentos no orçamento traduz os recursos que serão gastos em obras, como a

construção de escolas e hospitais. Nesse sentido, os investimentos sofreram uma redução mas, segundo Ruth Cardoso, as despesas com custeio aumentaram.

A presidente do Conselho do Comunidade Solidária garantiu que alguns programas tiveram um desempenho muito melhor, ou seja, conseguiram ter um gasto real maior dos recursos alocados em relação a anos anteriores. “Evidentemente não houve nenhuma revolução na área social mas houve uma tentativa de dar maior eficiência nessa área.”

Segundo um balanço realizado pelo Comunidade Solidária, 84,8% da dotação orçamentária final, de R\$ 2,5 bilhões, foi comprometida. Um desempenho melhor do que o obtido pela União, cuja execução financeira

total foi de 60%. O balanço apenas ressalta que 14% desse total está inscrito em “restos a pagar”, o que significa que ainda neste ano estão sendo transferidas verbas do orçamento anterior.

No início de 1995, o Comunidade Solidária selecionou nove programas que absorviam R\$ 2,6 bilhões. Ao longo do ano, ainda de acordo com o balanço, o número de programas que leva “o selo de prioridade” passou para vinte, somando recursos da ordem de R\$ 5 bilhões. Os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União, do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Os dados apresentados por Ruth Cardoso também mostram que a proposta orçamentária para o programa em 1996 é, em mé-

dia, 37% maior do que a de 1995. Estão previstos cerca de R\$ 3,4 bilhões, dos quais cerca de R\$ 1 bilhão depende da aprovação, pelo Congresso, da reforma tributária e da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF).

A presidente do Conselho Comunidade Solidária também rebateu as denúncias de clientelismo. Ela atribuiu as críticas a um grande desconhecimento do programa. “Se alguém quisesse fazer clientelismo, as estruturas estavam montadinhas. Elas foram desmontadas exatamente porque eram clientelistas”.

Ruth Cardoso acha normal que surjam críticas ao programa. “Quando a gente está no espaço público sempre há críticas e elas evidentemente traduzem divergências políticas e ideológicas.”

(R.V.)